

As incoerências do PMDB em 8 anos

Prorrogação de mandato em 80 foi repudiada

O PMDB que hoje está em parte envolvido com a manobra para adiar a eleição municipal deste ano é o mesmo partido que, em outubro de 1979, sob o governo militar de João Figueiredo, repudiou a emenda constitucional do deputado Anísio de Souza, da Arena, propondo a prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores para 1982, adiando com isso as eleições municipais marcadas para novembro de 1980.

O pretexto usado pelo governo, na época, era a necessidade de coincidência de mandatos em 82 — data prevista para eleição de governadores. A justifi-

cativa, o custo que representaria o pleito. E o motivo o temor de que o MDB, então oposição, empalmasse uma fatia maior das três mil prefeituras e 40 mil vagas de vereadores.

A emenda, apoiada pelo presidente da Arena, José Sarney e pelo senador emedebista Orestes Quercia, provocou intensa polêmica durante mais de um ano. Os protestos eram veementes. O senador Paulo Brossard, já no PMDB — o bipartidarismo estava extinto —, Thales Ramalho, no PP (hoje, é o principal assessor político do presidente Sarney), e outros representantes dos partidos de oposição ao governo do PDS assinaram nota conjunta dizendo que “não há democracia sem eleições”, condenando o adiamento da eleição como “ardil ou artifício” e afirmando que “prorrogação é imoralidade”. O presidente do PMDB, deputado Ulys-

ses Guimarães, rechaçando ameaças de intervenção nas prefeituras rebeldes à manobra, feitas pelo governo, denunciava que o alvo era “o continuísmo”, e que a prorrogação era uma “traição à democracia”.

Apesar do repúdio das oposições, prevaleceu a vontade da maioria do PDS, que conseguiu, em 4 de setembro de 80, com os votos de 216 deputados e 35 senadores do partido, aprovar a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores até 83. O PMDB chegou a esboçar reação, que se daria com a renúncia de seus prefeitos, mas desistiu por temer a aplicação da Lei de Segurança Nacional por incitação ao descumprimento da lei. Satisfeito com o resultado, o general Figueiredo enviou telegrama ao presidente do PDS, José Sarney, cumprimentando-o pela “coesão e unidade” do partido na votação.

Direta em 88 foi rejeitada em 84

Luciano Andrade — 2/3/84

BRASÍLIA — Parece mentira, mas em 1984 o presidente José Sarney, então senador do PDS, defendia eleições diretas para a Presidência da República em 1988. É inacreditável, mas naquela época o PMDB de Ulysses Guimarães, Carlos Sant'Anna, Mário Covas e Saldanha Derzi também concordava com Sarney em outro ponto: o mandato do sucessor do presidente Figueiredo deveria ser de quatro anos.

Tudo isso porque, para tornar menos amarga para a nação a derrota da emenda do deputado Dante de Oliveira — que previa diretas naquele ano e cuja rejeição fora comandada por Sarney —, Figueiredo enviara ao Congresso uma emenda. Mantinha a escolha indireta de seu sucessor pelo Colégio Eleitoral, mas acenava com a eleição direta do sucessor do sucessor, em 1988.

Escaldada pela impopularidade que lhe trouxera a derrota da emenda Dante de Oliveira, a bancada do PDS na Câmara começou a se inclinar pela aprovação de uma proposta do PMDB que tentava transformar as eleições indiretas em diretas. A esperança do Planalto era a bancada do PDS no Senado, onde o partido do governo tinha a maioria. Bastava que os senadores pedessistas negassem número para votação e a proposta do PMDB estaria arquivada, mesmo que fosse aprovada na Câmara.

O rebelde Sarney — Foi aí que, à frente de um grupo de nove senadores pedessistas, Sarney, ainda presidente do partido e nem sonhando que seria o companheiro de chapa de Tancredo Neves, surgiu no comando de uma rebelião. Ele e os demais senadores exigiram que a emenda do PMDB fosse votada antes da proposta de Figueiredo. Com isso, a maioria do go-



Sarney, há quatro anos: rebelde por direta em 88

verno no Senado reduzia-se a dois ou três votos. Figueiredo não quis correr o risco de ver as diretas aprovadas e retirou sua emenda.

Quatro anos depois, Sarney e a maioria do PMDB voltaram atrás e decidiram semana passada que o mandato do presidente da República deve ser mesmo de cinco anos. “Quem mudou foi ele e não eu”, diz o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), que acompanhou Sarney e os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Guilherme Palmeira (PFL-AL), entre outros pedessistas da época, no confronto com o Planalto. “Eu”, acrescenta Jutahy, “votéi pelo parlamentarismo e pelos quatro anos. Mas o presidente Sarney foi parlamentarista até uns cinco anos atrás. Hoje é presidencialista. Foi beneficiado pelo mandato.”

PMDB também mudou — Se Sarney mudou de opinião sobre o mandato do sucessor de Figueiredo, que é o dele, o PMDB o imitou. Dos 296 pemedebistas da Constituinte, 153

mudaram para os cinco anos e apenas 143 continuaram fiéis aos quatro. Ulysses também mudou e passou a defender a tese dos cinco anos.

Lembrado dessa ironia histórica, o atual presidente nacional do PDS, senador Jarbas Passarinho, presidencialista e defensor dos cinco anos, ri muito e é implacável com os pemedebistas: “É a diferença entre ser estilingue durante muito tempo e, de repente, virar vidraça. O PMDB quer agora manter o poder, pois está em queda livre nas ruas. Assim, não quer eleições. A prova disso é que o racha entre eles está sendo muito pequeno.”

Se não poupa o PMDB, Passarinho protege Sarney ao analisar a mudança de opinião do presidente sobre o mandato. “A política”, explica, “é sempre feita da análise das circunstâncias. Sempre achei que as eleições presidenciais em 88 seriam inconvenientes sob o ponto de vista político e econômico. Em política, a gente sempre age sob o império das circunstâncias”.

Covas sai se PMDB votar por adiamento

BRASÍLIA — O líder do PMDB, Mário Covas, garantiu que seu partido não apoiará em hipótese alguma as tentativas de prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos e vereadores, com o adiamento das eleições de novembro deste ano. Covas classificou as tentativas de “indignidade e ignomínia”. “Se houver um momento em que a minha história no PMDB acabará, será o instante em que ele cometer a suprema indignidade de votar pela prorrogação dos mandatos”, disse.

Covas falou quase ao final da sessão, que terminou menos de duas horas depois de aberta, sem quórum para deliberar (estavam presentes apenas 192 parlamentares), irritado com os discursos de deputados de outros partidos que criticavam o PMDB por tramarem o adiamento das eleições deste ano.

Dizendo que a contradição na Constituinte não era entre esquerda e direita, mas “entre quem tem caráter e quem não tem”, Covas disse que muitos dos que votaram pelos cinco anos de mandato para o presidente Sarney criticavam da tribuna o PMDB sem nenhuma base. “Vou ser claro: o PMDB não vai ser joguete na boca de quem quer que seja”, advertiu.

Imediatamente inscreveu-se para falar o deputado Manoel Castro (PFL-BA), candidato a prefeito de Salvador, que rebateu as declarações de Covas de que o PMDB é contrário ao adiamento das eleições. Castro garantiu que foi procurado pelo deputado Genebaldo Correa (PMDB-BA) para discutir essa possibilidade. Indignado, Covas voltou ao microfone, desmentindo o parlamentar pefelista. “Tenho aqui nas mãos emenda que remove obstáculos para a realização das eleições marcadas para este ano. E ela é justamente de autoria do deputado Genebaldo Correa”, afirmou.

“Olha o privilégio”

■ Embora tivesse falado no pinga-fogo, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, resolveu voltar ao microfone, desta vez para rebater discurso do deputado Manoel Castro (PFL-BA). Da bancada do Centro choveram protestos: “Já falou”, “Olha o privilégio”, “Chega, chega”...

Covas não perdeu a chance: “É engraçado. Na rua eu consigo falar; aqui não consigo. O problema é que muita gente só fala aqui, na rua nem tenta.”

Imediatamente se fez silêncio, e Covas discursou.

Richa acusa médiocres que chegaram ao poder

BRASÍLIA — Ao discursar no almoço dos empresários da Federação Fluminense da Pequena e Média Empresa (Flupeme), o senador José Richa, convidado de honra, criticou o presidente José Sarney, sem se referir a ele nominalmente, os políticos e o seu partido. “Políticos médiocres”, disse, “que por circunstâncias históricas foram levados ao poder, aliados à fragilidade moral daqueles que, eleitos por uma legenda que traduzia um programa de lutas, traíram seus eleitores e conspurcaram a instituição democrática da representação, levaram o Brasil à pior, à mais grave, à mais globalizante crise de sua História.”

“Não acredito”, continuou, “que o atual governo tenha condições de conduzir o Brasil para a senda do progresso e do aperfeiçoamento democrático. Falta-lhe credibilidade, falta-lhe apoio parlamentar honesto, pois as vitórias que consegue são frutos do mais lamentável fisiologismo.”

Reconhecendo a derrota dos constituintes progressistas na questão do mandato presidencial e do sistema de governo, o senador paranaense advertiu: “A História, algum dia, contará os detalhes lamentáveis que, a meu ver, propiciaram tal resultado”.

Repúdio — Richa disse recusarse a conviver com o descrédito a que foi lançada a classe política e o Congresso



Richa

Nacional, repudiou os partidos e assinou a necessidade urgente de se recuperar a confiança do povo. Analisando o comportamento do PMDB, acentuou que o partido serviu para a promoção pessoal de muitos políticos após a queda do regime militar, e que seu programa se perdeu “na multidão de interesses que eclodiram no seio da agremiação.” Para ele, faltou coerência na composição do Ministério de Tancredo Neves, e não houve vontade de se levar o Plano Cruzado às últimas consequências e de se apoiar a moratória e o Plano Bresser.

“Ainda mais uma vez”, prosseguiu, “pretendeu-se defender a falsa base parlamentar e política para um governo que não é, nunca foi, nunca será, um governo do PMDB e que se definia como governo de uma prolongada transição”.

O senador defendeu o resgate das lutas históricas do PMDB, e advertiu que, se isso não for feito, se tornará necessária a criação de um partido comprometido com as causas populares: “Hoje, o povo brasileiro exige partidos coerentes, políticos honestos e propostas eficientes e eficazes para os problemas que o afligem.”

Segundo ele, esse novo partido deve lutar pelas eleições presidenciais, ainda este ano, e a ordenação da economia. “Se o governo não é capaz de formular um projeto, nós indicaremos o que deve ser feito nesses poucos meses que lhe resta, até que eleições diretas para a Presidência da República, em novembro próximo, tragam não só um esquema de poder mais legítimo e democrático para o povo brasileiro, mas antes de tudo devolvam ao país a esperança e a confiança no futuro.”

Empresário aponta risco

“Senhores, a democracia está em risco”. O alerta é do presidente da Associação Fluminense da Micro, Pequena e Média Empresas (Flupeme), Benito Diaz Paret, que falou ontem para constituintes e empresários, no lançamento da campanha *Recessão, sai dessa Brasil*, promovida pela entidade no Hotel Nacional.

O risco vislumbrado por Paret e os empresários que representa está exatamente na recessão econômica. “A manutenção da política recessiva só é possível com a supressão das liberdades democráticas. Precisamos nos unir, políticos, empresários e trabalhadores, para exorcizar a recessão. Não tenham dúvida de que este é o único caminho”, disse o presidente da Flupeme.

Perspectivas — Paret citou números. Em 1987, a indústria do Rio de Janeiro despediu 70 mil trabalhadores, o que, somado à necessidade de criação de 120 mil novos empregos no mesmo período, acumula o déficit de 190 mil empre-

gos. O parque industrial de São Paulo, que sustentara um crescimento da oferta de emprego da ordem de 6% em 1984 e 1985, e de 11% em 1986, caiu para 2,36% negativos em 88. Para este ano, ressaltou Paret, as perspectivas são piores.

Diante desses números, o empresário afirmou que “a volta ao regime autoritário provavelmente será utilizada como mecanismo para controlar a pressão e a reinvidicação populares”. Paret não acredita nas medidas econômicas elaboradas no Ministério da Fazenda, argumentou que a atual equipe já esteve no poder — “o Mailson foi secretário-geral do Ernane Galvêas”, lembrou, acrescentando: “Eles já experimentaram vários choques, mas falta credibilidade política e apoio da sociedade às medidas”.

No centro das questões levantadas por Paret, estava a perspectiva de falência de várias empresas de pequeno porte como consequência de uma política recessiva que privilegia as exportações em detrimento do mercado interno.